

Ensaio arqueogeográfico sobre o sítio de Torre Velha/Castro de Avelãs (Bragança)

Miguel Cipriano Costa*

Sofia Tereso**

Pedro C. Carvalho***

Clara André****

RESUMO: A utilização prévia à escavação arqueológica – no sítio de Torre Velha (Castro de Avelãs, Bragança) – das metodologias da geofísica, da foto-interpretção e da arqueogeografia, permitiu direccionar a intervenção para os locais que revelaram dados mais significativos. Desta estratégia resultou uma escavação direccionada e um plano com propostas para futuros espaços de escavação arqueológica.

As metodologias da arqueogeografia também permitiram identificar as materialidades decorrentes das acções antrópicas num espaço vasto em torno do sítio que revela materiais arqueológicos à superfície.

Tendo em conta as particularidades da ruralidade nas sociedades antigas, foi possível identificar parcelários de exploração agrícola em meios húmidos, decorrentes da ocupação do espaço rural na longa duração.

PALAVRAS-CHAVE: Torre Velha (Castro de Avelãs, Bragança), arqueogeografia, parcelários em meios húmidos, longa duração.

ABSTRACT: Previous use of geophysic methodologies, photo-interpretation and archaeogeography, before archaeological excavation – in the site of Torre Velha (Castro de Avelãs, Bragança) – allowed to direct the intervention to the sites that revealed more significant data. This strategy resulted in an excavation directed and plan with proposals for future areas of archaeological excavation.

Archaeogeography methodologies also helped to identify the material issues arising from anthropogenic activities in a vast space around the site, which reveals in the surface archaeological materials.

* Arqueólogo. Mestre em Arqueologia e Território, espec. em Arqueogeografia, pela FLUC

** Arqueóloga. Mestre em Evolução Humana, espec. em Antropol. Biológica pela FCTUC. Investigadora do CIAS

*** Professor da Fac. de Letras. Univ. Coimbra. Doutorado em Arqueologia. Investigador do CEAUCP/CAM

**** Arqueóloga do Município de Bragança. Licenciada em História-variante de Arqueologia pela FLUC

Taking into account the particularities of rurality in ancient societies was possible to identify parcels of farms in humid environments, arising from the occupation of the countryside in the long term.

KEYWORDS: Torre Velha (Castro de Avelãs, Bragança), Archaeogeography, parcels of land in humid environment, long term.

1. Introdução

Os Zoelas (ou Zelas), mencionados por Plínio, eram um povo ou etnia de origem pré-romana, localizável no Nordeste Transmontano e integrável no grupo dos Ástures Augustanos, de acordo com as fontes epigráficas e literárias antigas¹.

O sítio da Torre Velha, em Castro de Avelãs, tem sido apontado como a sua possível capital (ALARCÃO, 1988: 44; fasc. I, p. 39; LEMOS, 1993Ia: 50). Suportam esta proposta a descoberta de um altar votivo dedicado pela *Ordo Zoelarum* a *Aerno*, bem como a presença de um conjunto muito significativo de epígrafes (REDENTOR, 2000) ou ainda aqueles achados relatados pelas escavações que decorreram neste sítio em finais do séc. XIX (PINHEIRO, 1888).

A centralidade do sítio também encontra acolhimento no facto deste poder corresponder a um importante nó viário. Com efeito, por aqui não só passaria a importante via XVII do Itinerário de Antonino (que cruzava, desde *Asturica Augusta* a *Bracara Augusta*, toda esta região do noroeste peninsular²), como poderiam inclusivamente entroncar em Castro de Avelãs os dois ramais dessa via XVII que ligariam *Aquae Flaviae* (Chaves) à região de Bragança.

Ora, foi fundamentalmente esta problemática que nos trouxe a Castro de Avelãs e que serviu de base a um plano de investigação arqueológica executado entre 2012 e 2013, no quadro de um protocolo celebrado entre o Município de Bragança e a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Este plano baseou-se fundamentalmente em escavações arqueológicas (e estudos laboratoriais subsequentes), mas também em algumas prospeções e no estudo arqueogeográfico que em parte é agora aqui objeto de apresentação e discussão.

No que concerne aos resultados das escavações efetuadas em 2012 e 2013 poderemos desde já referir, muito genericamente, que se por um lado a Torre Velha

¹ Plínio destaca particularmente a produção de linho dos *Zoelae*: *linum Zoelicum* (PLIN. nat. 19.10).

² O achado neste lugar de dois miliários – um de Augusto (2 a.C.) (Redentor, 2002: n.º 127) e outro de Caracala (213-214) (Redentor, 2002: n.º 129) – atesta a passagem desse *cursus publicus*.

mostra uma ampla cronologia de ocupação, desde o séc. I ao séc. XII³, por outro os seus vestígios estendem-se por uma área bastante extensa, com uma área em torno dos 6 ou 7 hectares, factores que não podem deixar de denunciar a importância deste lugar. Podemos igualmente referir que o espaço habitacional se caracteriza quer por algumas construções alto-imperiais quer por outras da antiguidade tardia, enquanto o espaço funerário se revela por um conjunto de rudimentares sepulturas – datáveis por radiocarbono entre a segunda metade do séc. VII e os séc. XI/XII – e que dá forma a uma extensa necrópole (TERESO *et al.*, no prelo).

Se no espaço da necrópole os objetos rareiam (encontrando-se assim as inumações de acordo com a ideia de despojamento cristão que marca os tempos alto-medievais), estes surgem com alguma frequência na área habitacional romana, destacando-se tanto as produções locais de cerâmica comum, como as importações de sigillata hispânica e hispânica tardia (sobretudo do vale do Ebro), de cerâmicas de paredes finas de Melgar de Tera ou ainda dos pratos de engobe vermelho feitos em Lugo (ANDRÉ *et al.*, no prelo).

Em suma, a Torre Velha, em Castro de Avelãs, face a toda a documentação reunida até ao momento corresponderá certamente a um sítio que terá assumido um lugar de destaque no povoamento antigo desta região transmontana, ainda que, por agora, apesar da relevância dos vestígios, não possa ser afirmada a sua correspondência com a capital da *civitas Zoelarum* e/ou, como também tem sido sugerido, com a sede da paróquia suévia de *Brigantia*. Mas a investigação não está concluída, prosseguindo e recorrendo a vários enfoques que se cruzam, como aquele que em seguida apresentamos.

2. Considerações metodológicas

Os processos metodológicos assentam fundamentalmente na sobreposição dos documentos cartográficos em base de dados geográfica. Neste trabalho, foram utilizadas a fotografia aérea do antigo voo da Força Aérea Norte Americana (USAF

³ Em escavação, até ao momento, não se registaram níveis estratigráficos que atestem uma ocupação pré-romana da Torre Velha / Terras de S. Sebastião, ainda que existam outros indicadores (materiais avulsos antes encontrados) que parecem denunciar uma ocupação do sítio anterior ao período romano (cf., a título de exemplo: LEMOS, 1993: 70). Por agora, face ao conhecimento que temos da zona, admitimos a possibilidade de um anterior povoado proto-histórico se localizar não no sítio da Torre Velha mas antes nas suas imediações. A ser assim, o sítio da Torre Velha corresponderá a uma fundação romana *ex nihilo*, enquanto a ocupação pré-romana se situaria num (ou em mais do que um) dos cabeços circundantes – em frente do sítio da Torre Velha, do outro lado do vale, encontra-se um grande outeiro (identificado como “Cabeço do Castro”) que conheceu uma possível ocupação pré ou proto-histórica no seu topo (LOPO, 1900: 57; LOPO, 1987: 26; LEMOS, 1993: 64), ainda que, na atualidade, não se observe nenhum vestígio arqueológico à superfície.

1958), a cartografia militar mais antiga que conhecemos (Carta Militar de Portugal na escala 1/ 25 000, folha 37, Serviços Cartográficos do Exército, 1950), assim como cartografia militar mais recente. Ao seguir esta metodologia, a cartografia final do estudo é produzida a partir do documento compilado que utiliza as metodologias da foto-interpretação para decifrar as materialidades observáveis na fotografia aérea (PICARRETA & CERAUDO, 2000). A elaboração deste documento ou “carta compilada”⁴ tem em vista, como desde há muito tem vindo a defender Gérard Chouquer, a adição e comparação do maior número possível de dados que possamos obter sobre a área que estamos a estudar. Neste sentido, a arqueogeografia, como disciplina que propõe metodologias para a compreensão das diversas dinâmicas de transmissão e transformação das formas no espaço e no tempo, afigura-se essencial para a compreensão do espaço geográfico (CHOUQUER, 2007). As interações complexas de espaço-tempo fazem-nos pensar se o conceito de palimpsesto é adequado ao estudo das paisagens, pondo em evidência a perenidade das formas antigas presentes nos documentos actuais (CHOUQUER, 2001). Com efeito, esta problemática requer um novo paradigma epistemológico para estudar as paisagens, recusando, por ser considerado inadequado, o referido modelo de “paisagem palimpsesto”⁵.

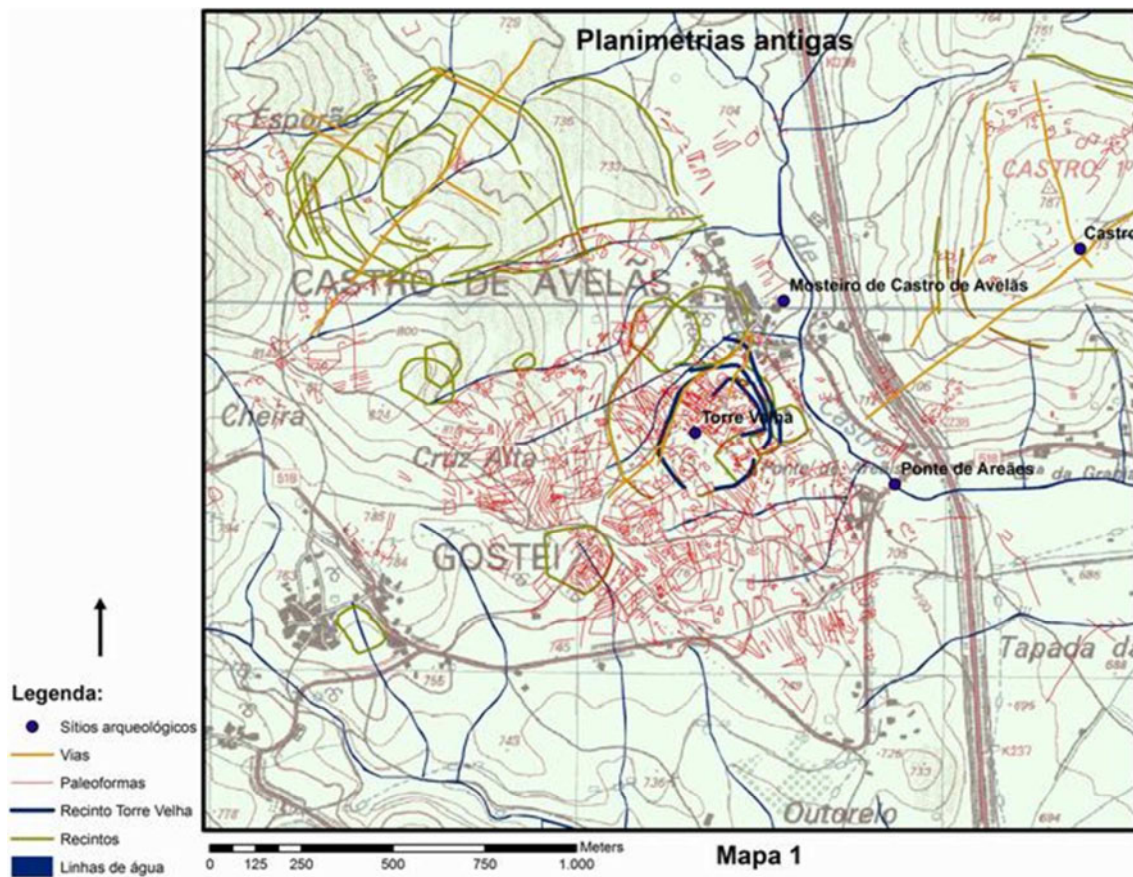
3. Estudo caso em arqueogeografia

3.1. As planimetrias antigas

Recorrendo à foto-interpretação podemos verificar a grande dispersão e profusão de paleoformas (soterradas e só visíveis em foto-interpretação) no espaço correspondente à Torre Velha (cf. mapa 1). A proliferação de paleoformas parece denunciar a configuração de um espaço vasto ocupado pelo povoado na longa duração. Estas paleoformas corresponderão às formas arqueológicas mais usuais nas planimetrias: vias, habitats e parcelários agrícolas. No espaço contíguo, mas mais afastado do povoado da Torre Velha, podemos observar vários recintos concêntricos que corresponderão a vários tipos de formas arqueológicas, resultantes de acções antrópicas que terão também ocorrido na longa duração.

⁴ O processo metodológico adotado utiliza o conceito da “carta compilada” proposto por Sandrine Robert (ROBERT, 2003).

⁵ Face a estas breves considerações metodológicas é necessário ainda referir que, neste âmbito de investigação, já existe um trabalho escrito em língua portuguesa que sintetiza as principais problemáticas metodológicas e epistemológicas da arqueogeografia (COSTA, 2010).

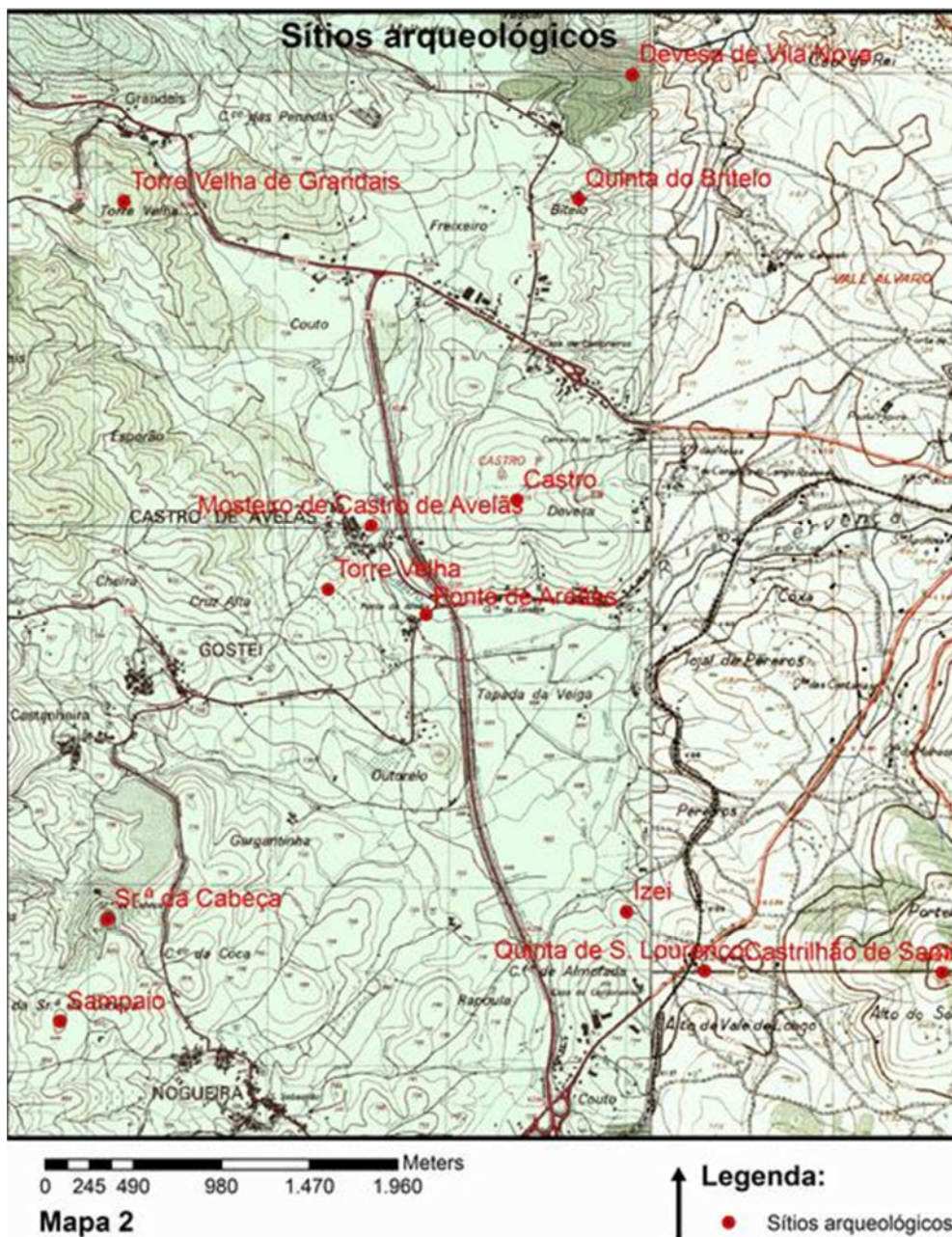


Algumas destas formas poderiam ser alvo de escavações arqueológicas num futuro projeto. Só assim se poderá procurar determinar com rigor as suas características tipológicas, funcionais e cronológicas – enfoque que poderia revelar-se determinante para avaliar a natureza da ocupação antrópica de toda esta área num quadro diacrónico longo.

3.2. Morfologia agrária em zonas húmidas

Em torno da Torre Velha, em Castro de Avelãs, assim como nas freguesias limítrofes, foram identificados alguns sítios arqueológicos (cf. mapa 2). Estes lugares começaram por ser identificados em finais do século XIX, inícios do século XX, fundamentalmente por José Henriques Pinheiro (PINHEIRO, 1988), Francisco Manuel Alves (ALVES, 1925) e Albino Pereira Lopo (LOPO, 1987), continuando esse trabalho de sistematização a ser feito mais tarde por Francisco Sande Lemos (LEMOS, 1993). No entanto, não existem muitos dados sobre estes sítios arqueológicos, não se especificando por vezes os vestígios observados ou observáveis e não se procurando classificá-los sob o ponto de vista tipológico. Na maior parte dos casos a sua identificação foi resultado da observação de materiais arqueológicos à superfície

(normalmente *tegulae* e cerâmica comum) que dão poucas informações cronológicas precisas. No entanto, os materiais arqueológicos encontrados na maior parte dos sítios foram identificados como pertencentes a um período de tempo definido genericamente como Ferro/Romano. Também existe um ou outro local identificado com o período medieval. Seja como for, ainda que um plano de prospeções mais intensivas nessa área pudesse aumentar (provavelmente até de forma substantiva) o número de sítios conhecidos, desde já, tendo em conta os dados conhecidos, podemos referir que é relativamente elevada a densidade de sítios arqueológicos, com diferentes tipologias e cronologias, numa área alargada em torno da freguesia de Castro de Avelãs.

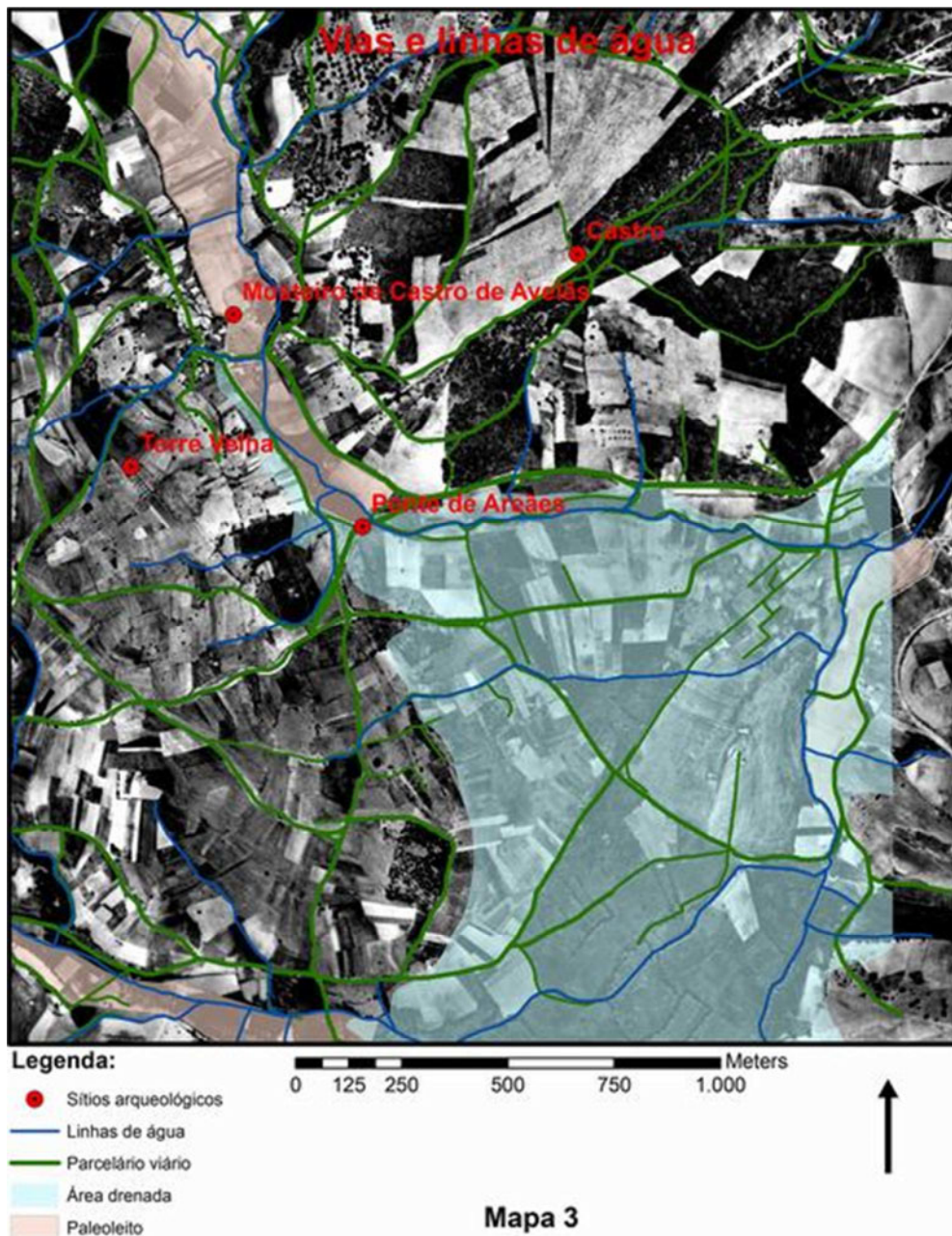


Neste trabalho, no qual definimos como objectivo principal identificar as materialidades visíveis na paisagem actual (resultantes das práticas agrícolas ancestrais), a água – e a forma como as comunidades a têm utilizado – assume importância capital pela inevitabilidade da sua utilização na actividade agrícola. Neste sentido, no espaço natural em estudo, temos que realçar a existência de três importantes linhas de água: o Rio Fervença, a Ribeira de Vale de Conde e o Ribeiro do Castro (cf. Foto 1). O conjunto destes três cursos de água, com algumas linhas afluentes de menor importância, conflui numa área imediatamente a SE da actual aldeia de Castro de Avelãs, conhecida por Tapada da Veiga.



Foto 1: Zona do vale do Ribeiro do Castro em torno da aldeia e do mosteiro de Castro de Avelãs (vista da Torre Velha).

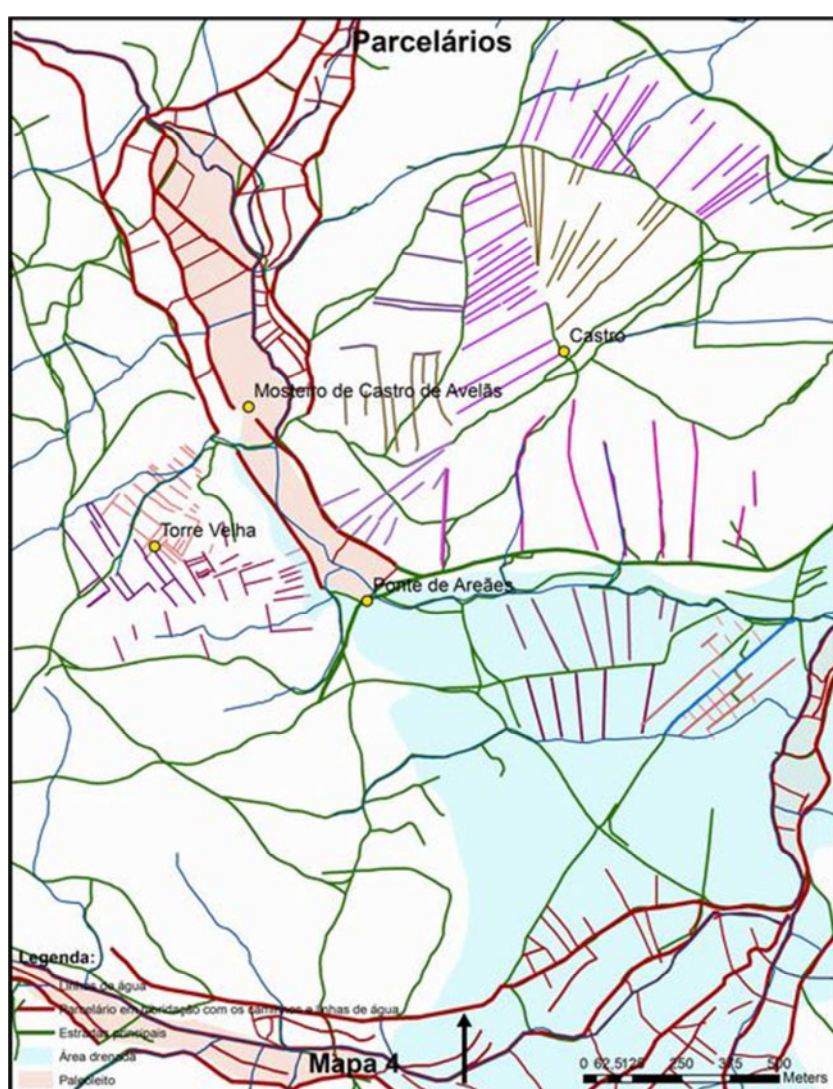
A confluência de todas estas linhas de água, em associação às características dos solos, tornou esta zona numa área hidromorfa, isto é, algo pantanosa face ao excesso de água no solo e, portanto, imprópria para as práticas agrícolas. Refira-se que os leitos antigos destes rios (os paleoleitos), nomeadamente os paleoleitos do Ribeiro do Castro e da Ribeira de Vale de Conde, ocuparam áreas bem maiores que na actualidade (cf. mapa 3), ou seja, ocupavam áreas maiores e hidromorfas, nas quais seria impossível qualquer actividade de tipo agrícola ou a presença de um núcleo habitacional.



Assim sendo, os caminhos que ladeiam estas zonas húmidas poderão ser anteriores a quaisquer acções de drenagem que tenham ocorrido nesta área e contemporâneos dessas antigas largas áreas húmidas, umas vez que as contornam a não as cruzam. Nessa medida, os caminhos que atravessarem estas áreas pantanosas, percorrendo-os, então estes serão posteriores às acções de drenagem destes solos, tendo sido abertos quando já seriam áreas secas e transitáveis; ou então, poderão ser também contemporâneos, se considerarmos a possibilidade dos próprios caminhos poderem encerrar uma dupla função: uma função viária mas também de drenagem, como se verifica em algumas regiões, como em Languedoc (França) em Plá de Sant

Jordi (Ibiza), com cronologias que vão desde o séc. V a.C. até à época Romana (GONZÁLEZ VILLAESCUSA, 2002: 252)⁶.

No espaço seleccionado para o estudo mais pormenorizado (cf. mapa 4) estão materializadas diversas tramas parcelárias, constituindo estas o resultado da divisão do espaço rural e o produto das actividades agrícolas inerentes a essa divisão do espaço. Estas divisões são ainda o resultado da ocupação deste espaço agrícola num longo período de tempo e das acções antrópicas que sobre ele foram praticadas. Este foi um espaço alvo de diferentes estratégias de ocupação e rentabilização dos solos por parte das sucessivas comunidades que ocuparam esse espaço rural para produzirem de forma e escala variável os seus produtos agrícolas.



⁶ A este propósito, citamos a seguinte passagem: “La estructura de estos caminos también es encajada, sirviendo de evacuación de aguas en momentos de inundaciones, aún en nuestros días cuando se han conservado. Algunos de ellos han sido excavados, permitiendo determinar su función drenante y datación en época antigua” (FAVORY *et al.*, 1994: 177-180 in GONZÁLEZ VILLAESCUSA, 2002: 252).

Não nos parece agora oportuna a discussão sobre identificação das formas parcelárias com determinados grupos sociais. Evitamos assim entrar na discussão em torno da possibilidade das tramas parcelárias serem identificadoras de diferentes sociedades que ocupariam distintivamente o espaço rural pelas suas características culturais. No entanto, podemos referir que consideramos esta abordagem insuficiente, uma vez que, à semelhança de outros investigadores (CHOUQUER, 2007), advogamos uma diferente abordagem epistemológica, centrada na forma híbrida como Homem e meio-ambiente se inter relacionam.

A este propósito, transcrevemos aqui a opinião de González Villaescusa, quando rejeita algum tipo de determinismo social e cultural na intervenção sobre o espaço rural, valorizando antes a interação entre o Homem e a natureza: “...el factor social no es el único que determina el ritmo de creación y transformación de los paisajes, outros factores, como la irrupción de crisis climáticas, pueden acelerar las transformaciones, o, por el contrario, éstas derivar en crisis climáticas” (GONZÁLEZ VILLAESCUSA, 2002: 50).

A hibridação é a relação mútua que se estabelece entre Homem e meio ambiente. Corresponde à ocupação humana do espaço, às transformações que o homem executa nesse espaço natural e às tensões que se produzem na interação homem-natureza. Como resultado, as ações deterministas da natureza suplantam, normalmente, as vontades e as ações humanas pela superioridade da sua força natural.

Para Gérard Chouquer, as alterações climáticas que se processaram durante a Idade do Ferro (na passagem da I para a II Idade do Ferro) e as mudanças dos regimes hidrológicos⁷, que o autor denomina como “stabilité laténien”, permitiram “...mieux occuper les plaines, mais celles-ci sont marquées par les héritages hydromorphologiques de la phase précédent et, partout, les nouveaux occupants créent les formes nouvelles en composant avec des chenaux en cours de colmatage...” (CHOUQUER, 2007: 336). Em suma, dispomos assim de pistas para a pesquisa das formas agrárias da II Idade do Ferro nas planícies e vales aluviais que foram ocupados, criando assim novas formas agrárias em conjunto com os canais. Naturalmente que estas alterações climáticas são de carácter geral e terão permitido, um pouco por toda a Europa, a ocupação das áreas de vale, como poderá também ter acontecido em Castro de Avelãs.

⁷ Este autor, que estudou esta problemática em território francês, baseando-se nas conclusões da geoarqueologia, considera que na passagem do IV para o III séc. a.C. se processou uma alteração climática profunda, considerada como “...un changement majeur qui fait passer de la crise hydrosédimentaire hallstattienne à l’optimum de stabilité laténien” (CHOUQUER, 2007: 335).

A forma híbrida como os habitantes deste espaço, em redor de Castro de Avelãs, se relacionaram com o meio ambiente na longa duração, produziu diversos tipos de parcelários (muitos deles próprios de zonas secas) que se observam nas áreas a cotas mais elevadas e de menor fertilidade. Estes parcelários de altura deveriam estar relacionados com as culturas de sequeiro, eventualmente cereais.

Mas a hibridação do espaço também produziu outro tipo de parcelários, já designados por Gérard Chouquer noutras realidades geográficas como “trama viária e parcelária ligada à paleo-hidrografia” (*Idem*: 337) – também aqui podem ser designados por parcelários de longa duração em hibridação com os meios húmidos.

Os parcelários de meios húmidos são utilizados durante longos períodos de tempo, com o objectivo prático de potenciar as características dos solos mais férteis e ricos em água, localizados habitualmente nos vales junto aos rios e ribeiros. Terreno que antes das drenagens seria inculto por excesso de água (hidromorfos), tendo sido necessário drená-los para que pudessem ser utilizados como solos agrícolas ou transformá-los mesmo em excelentes solos agrícolas.

Os parcelários em meios húmidos na Europa já foram estudados por vários autores que nos mostraram vários exemplos da sua materialização nas paisagens actuais. Estes parcelários estão normalmente associados a funções de drenagem e irrigação. Por exemplo, na região de Genlis (França), os investigadores que os estudaram atribuem-lhe uma cronologia do período “romano-indigènes” (CHOUQUER & FAVORY, 1991: 174-179) que em território português corresponderá aproximadamente à passagem da II Idade do Ferro para o início da “romanização” dos campos.

Também em Dartmoor, no sul de Inglaterra, se detectou a existência de parcelários em meios húmidos, neste caso de uma cronologia anterior, i.e., da Idade do Bronze. Trata-se de uma divisão do espaço em montanha que para Andrew Fleming (responsável pelas intervenções arqueológicas) teriam a função de drenagem dos pastos das terras altas, uma vez que estes estariam alagados em determinadas épocas do ano, não permitindo assim a usual pastagem do gado (FLEMING, 2008).

Também na Península Ibérica se considerou a existência de parcelários anteriores à romanização. Ricardo González Villaescusa não só preconiza a existência de parcelários pré-romanos, como também considera forte a possibilidade desses parcelários ainda marcarem a actual organização parcelária rural: “... la existência de parcelarios indígenas que están marcando la organización parcelaria rural y el viario hasta nuestros días” (GONZÁLEZ VILLAESCUSA, 2002: 47).

A dissociação entre irrigação e drenagem não é possível. Os dois sistemas são complementares pelas características naturais da circulação da água. O espaço irrigado

é o espaço drenado - em ocasiões diferentes, dependendo dos momentos de abundância ou escassez de água. Nesse sentido, o espaço que durante os períodos de maior precipitação tem que ser drenado – porque então os solos tornam-se incultos (por excesso de água) – é o mesmo espaço que nos períodos em que não chove necessita de ser regado (para que as culturas se desenvolvam normalmente). A irrigação é possível quando os campos se localizam junto às linhas de água (quando a água existe), recorrendo quer ao caudal dos rios e ribeiros, quer à sua eventual acumulação em pequenas represas – i.e., pela utilização de sistemas ancestrais de rega, por elevação ou gravidade, que estes solos planos (característica da sua formação aluvionar) permitem.

Neste âmbito, não só os sistemas de drenagem já são conhecidos de antanho, como também o são os sistemas complementares de irrigação. Miquel Barceló refere os trabalhos de R. W. Chapman e de A. Gilman Guillén e J. B. Thornes, lembrando os indícios de hidraulismo revelados por estes autores para o período Pré-Histórico de regiões do sudeste da Península Ibérica – regiões que nesse tempo deveriam ser áridas ou semiáridas (BARCELÓ *et al.*, 1996: 21-22).

Alguns investigadores que se debruçam sobre estas problemáticas são mais ou menos consensuais na definição cronológica deste tipo de parcelários e atribuem-lhes uma cronologia lata (Proto-História) ou mais estrita (II Idade do Ferro).

Não deixamos de apresentar neste texto algumas características que determinados investigadores atribuem a este tipo de parcelários (normalmente atribuídos à Proto-História). “Elle se présente sous la forme de réticulés plus ou moins réguliers, certains aux lignes mouvantes, d’autres tracés à angles droits, composés de champs groupés...” (CHOUQUER & FAVORY, 1991: 57-58). Ou então: “Là où ils ont été soigneusement étudiés, en Grande-Bretagne, en Allemagne et au Danemark, ces champs sont compris et organisés dans de vastes ensembles cohérents, variant entre l’hectare et plusieurs kilomètres carrés, délimités ou structurés par des grandes fossés linéaires...” (*Idem*: 59).

Gérard Chouquer vai mais longe ao considerar que “L’occupation et la division sont un mouvement de fond des sociétés dites Protohistoriques” (CHOUQUER, 2007: 341).

Podemos ainda referir, os investigadores que em território nacional se têm debruçado sobre estas problemáticas e consideram ter havido uma tendência geral (ainda que haja variações regionais) para as comunidades que viviam nos castros passarem a ocupar as zonas mais baixas (nos vales), num período (em termos latos) situado entre a Idade do Ferro e a Época Romana, podendo em algumas regiões esta deslocalização se ter verificado de forma expressiva apenas a partir do principado de Augusto (finais do séc. I a.C., primeiros anos do séc. I d.C.).

A forma como a ocupação dos castros da Idade do Ferro se processou após a chegada dos romanos ainda não está suficientemente esclarecida. Em certas regiões, como em Trás-os-Montes, a caminho das margens do Douro, verifica-se uma continuidade de ocupação de muitos destes sítios de altura, a par do surgimento de novas formas de ocupação do território, em terras planas e a cota mais baixas. Noutras, como em algumas áreas da Beira Interior, parece verificar-se um abandono destes povoados em período romano e uma ocupação generalizada das áreas de vale. Para Jorge de Alarcão, na região que estudamos, essa distribuição das populações ter-se-á feito mais por aldeias do que por casais dispersos, podendo muito deste povoamento romano agrupado ser a origem do actual povoamento transmontano concentrado (ALARCÃO, 1999: 25).

A possibilidade de um progressivo abandono dos castros, que na sua maior parte revelam indícios muito incipientes de romanização (observação efectuada com base em prospecções, e que carece de confirmação pela escavação), e a progressiva implantação das comunidades nas zonas de vale, encerra, para Manuela Martins, uma lógica mais compaginável com o período romano e com uma exploração dos recursos agro-pastoris dos vales “mais orientada para o mercado” (MARTINS, 1996: 130).

Francisco Sande Lemos que estudou os processos de romanização de Trás-os-Montes Oriental, disserta sobre a implantação geográfica das comunidades sidéricas, e refere que também se constata “fenómenos de regularidade, escalonamento ao longo dos cursos de água, distribuição espaçada no rebordo dos planaltos. (...) A complexa distribuição dos habitats, decorre, julgamos, de uma economia comunitária auto-suficiente, apoiada num significativo leque de recursos” (LEMOS; 1993: 164). E acrescenta: “Na estrutura dos seus territórios, o rio ou ribeira surge como um elemento constante, com faixas de terrenos aluviais, que irrigados podiam ser muito produtivos” (*Idem*: 216-217).

Posto isto, assim como só as escavações arqueológicas permitirão esclarecer algumas das questões antes enunciadas, também só a arqueologia, com as suas metodologias, será competente para determinar a cronologia de formação destes parcelários ao redor de Castro de Avelãs. A arqueogeografia entra neste quadro analítico como uma disciplina do espaço, i.e., que tenta compreender a evolução das estruturas antrópicas no espaço. Por isso, esta disciplina não considera a questão cronológica como primordial.

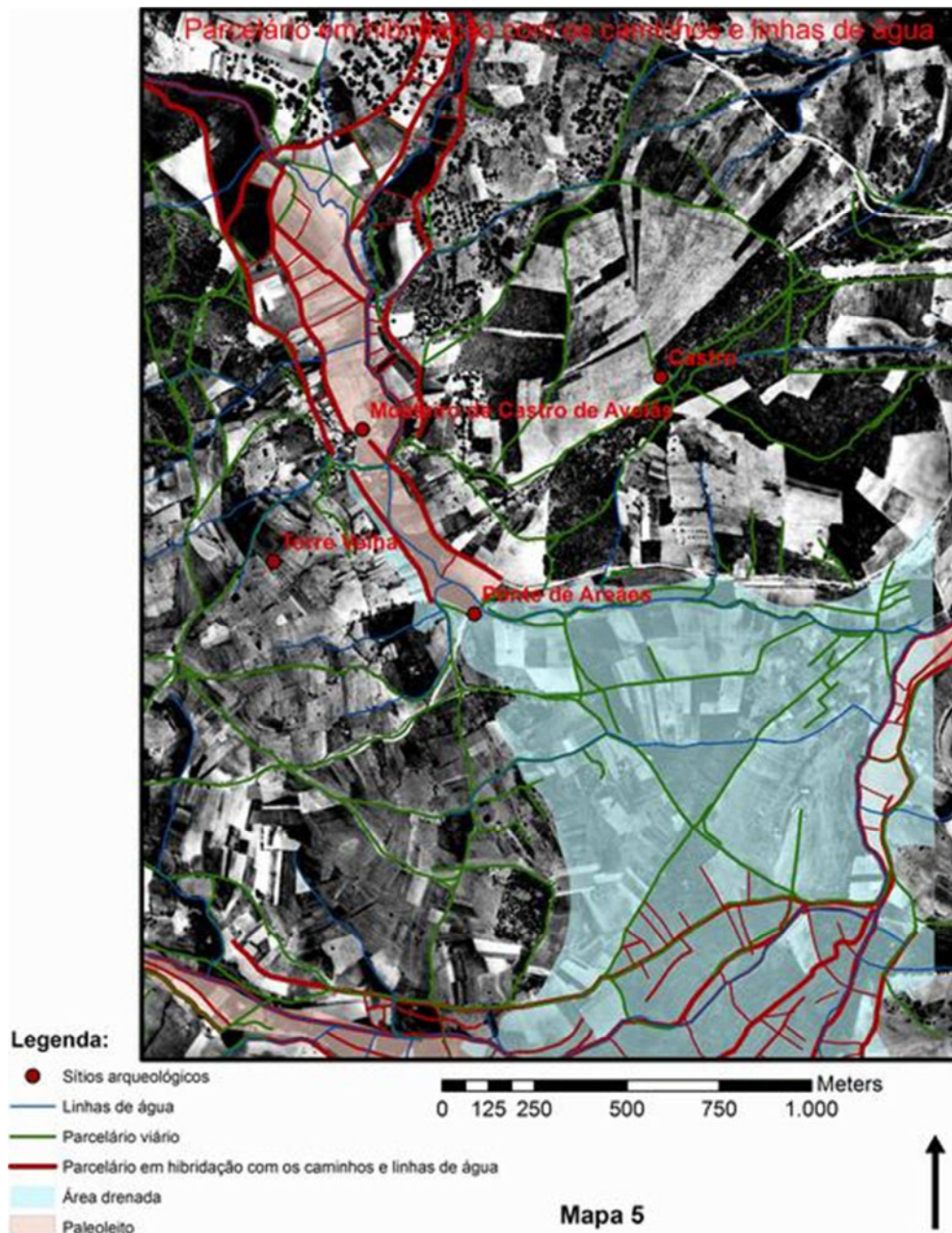
Como não é um aspecto determinante para a arqueogeografia estabelecer uma cronologia para estes parcelários de meios húmidos, é ao invés essencial para esta disciplina fazer comparações e inferências. Para esta disciplina é preferível considerar a função agrária dos parcelários, assim como a longa duração em que estes foram (e

ainda são) utilizados. Neste sentido, é necessário considerar que a proximidade geográfica se revela um factor determinante para que os homens possam trabalhar estes campos agrícolas.

É evidente a semelhança morfológica destas estruturas parcelárias existentes em torno de Castro de Avelãs com outros exemplos que já referimos de outras paragens e latitudes mais ou menos longínquas. Também é possível perceber a existência de estratégias de ocupação/utilização dos solos semelhantes: drenagem de zonas húmidas para possibilitar culturas de meios húmidos e transformar assim solos inférteis em solos muito férteis.

A construção do mosteiro de Castro Avelãs, eventualmente no século XI-XII (mas podendo ser anterior)⁸, só seria possível se, ao tempo, esta área junto ao Ribeiro do Castro já estivesse drenada (cf. mapa 5). Também podemos especular sobre a eventualidade da actual Ponte de Areães (que parece de tipologia medieval ou moderna) já pertencer a um antigo traçado viário de época Romana (a via XVII do Itinerário de Antonino). Ou seja, se neste preciso local já havia uma ponte em período romano, essa construção implicaria que esta área já estivesse drenada.

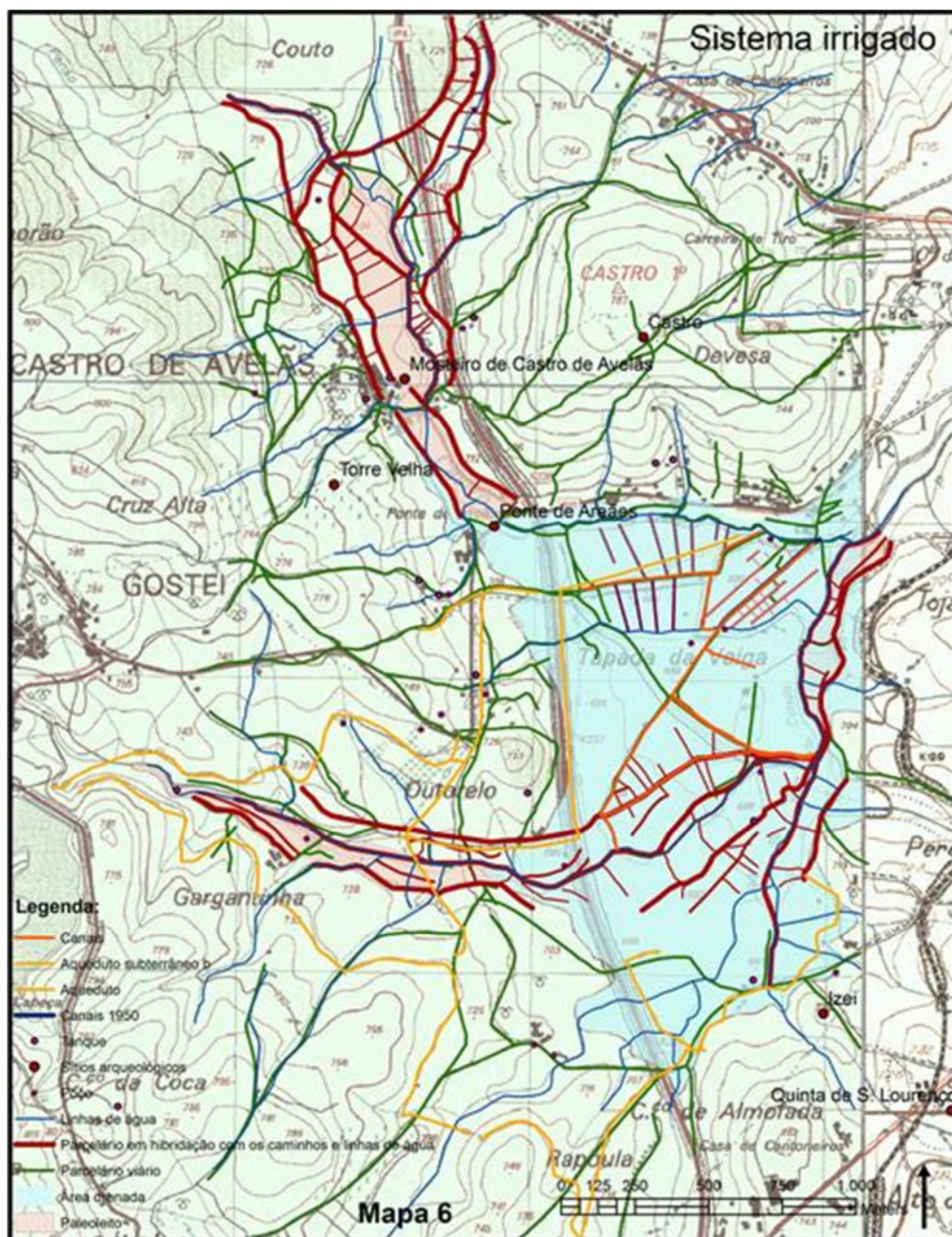
⁸ Ainda que se diga que “segundo as antigas chronicas” tenha sido “edificado nos meados do século VII da era christã”, a fundação deste mosteiro em 665 ou 667, por S. Frutuoso, sugerida sobretudo por cronistas do século XVII, enquadrar-se-á mais no domínio da tradição, não se encontrando de forma alguma provada. Fontes documentais sugerem, por sua vez, a possibilidade do mosteiro já existir desde finais do séc. IX ou então indiciam a sua presença na segunda metade do séc. XI. Esta última hipótese é seguida por alguns autores, defendendo que a sua fundação deve ser posterior a 1050, podendo ter ocorrido durante o governo do conde D. Henrique, tendo, assim sendo, a Regra de S. Bento sido aqui introduzida após as determinações do Concílio de Coyanza (Astorga) 1050/55. De todo o modo, ainda que possa datar do séc. XI, este mosteiro beneditino só se encontra seguramente documentado a partir do séc. XII, quando no ano 1145, D. Afonso Henriques doou aos monges de Castro de Avelãs várias vilas no nordeste transmontando (a este propósito, cf., entre outros autores: FERNANDES, 2012: 84).



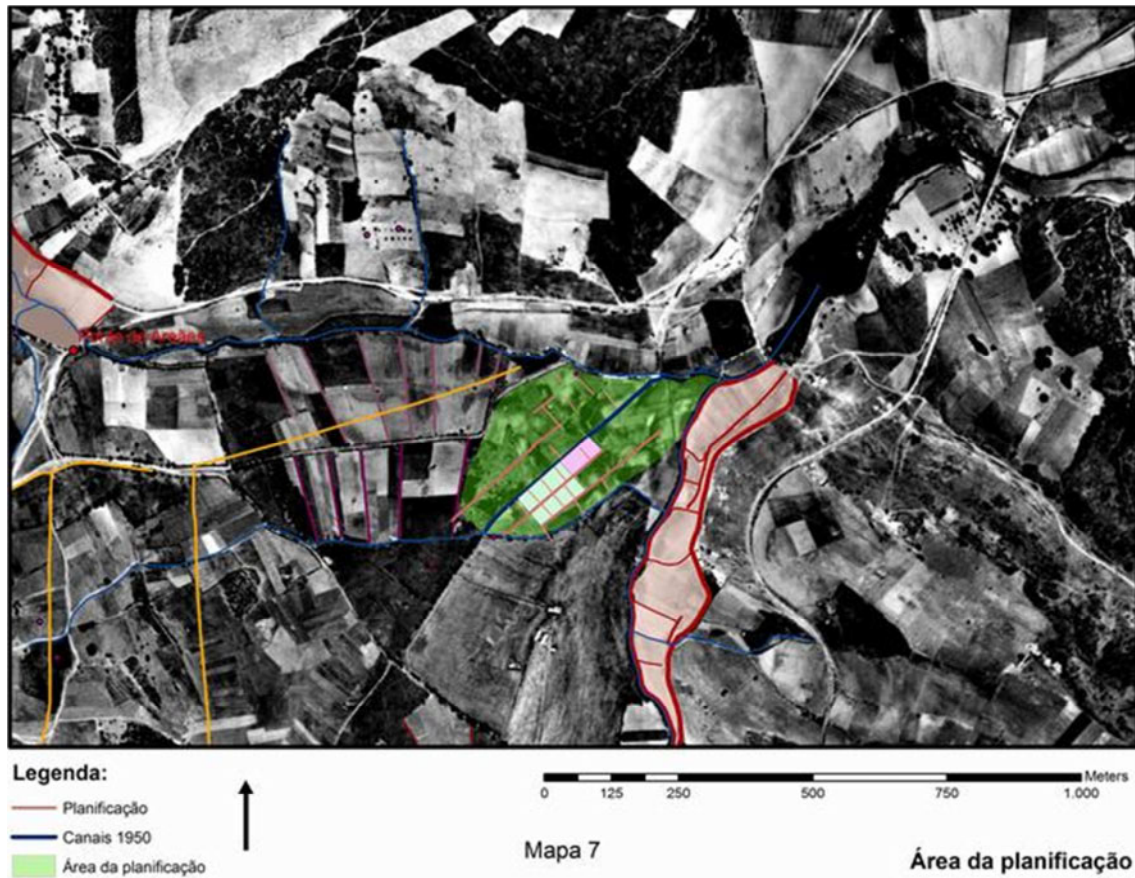
O povo zoela foi conhecido pela produção de linho de excelente qualidade (*linum Zoelicum*), como foi referido por Plínio (SCHULTEN, 1943: 96). O linho é uma cultura de primavera e só pode ser cultivado em meios húmidos e irrigados, porque a planta necessita de grande quantidade de água para o seu desenvolvimento normal. Como se considera que Castro de Avelãs (nomeadamente a Torre Velha) se incluía na área ocupada por esta etnia, podemos começar a olhar para estes parcelários de meios húmidos, face às suas características, como possíveis “parcelários dos zoelas”, também pela inevitabilidade do linho só poder ser plantado em meios húmidos – ou seja, pode pelo menos colocar-se a questão se os traços identificados não constituirão os

testemunhos que restam dos campos agrícolas irrigados onde os zoeiros produziam o seu excelente linho.

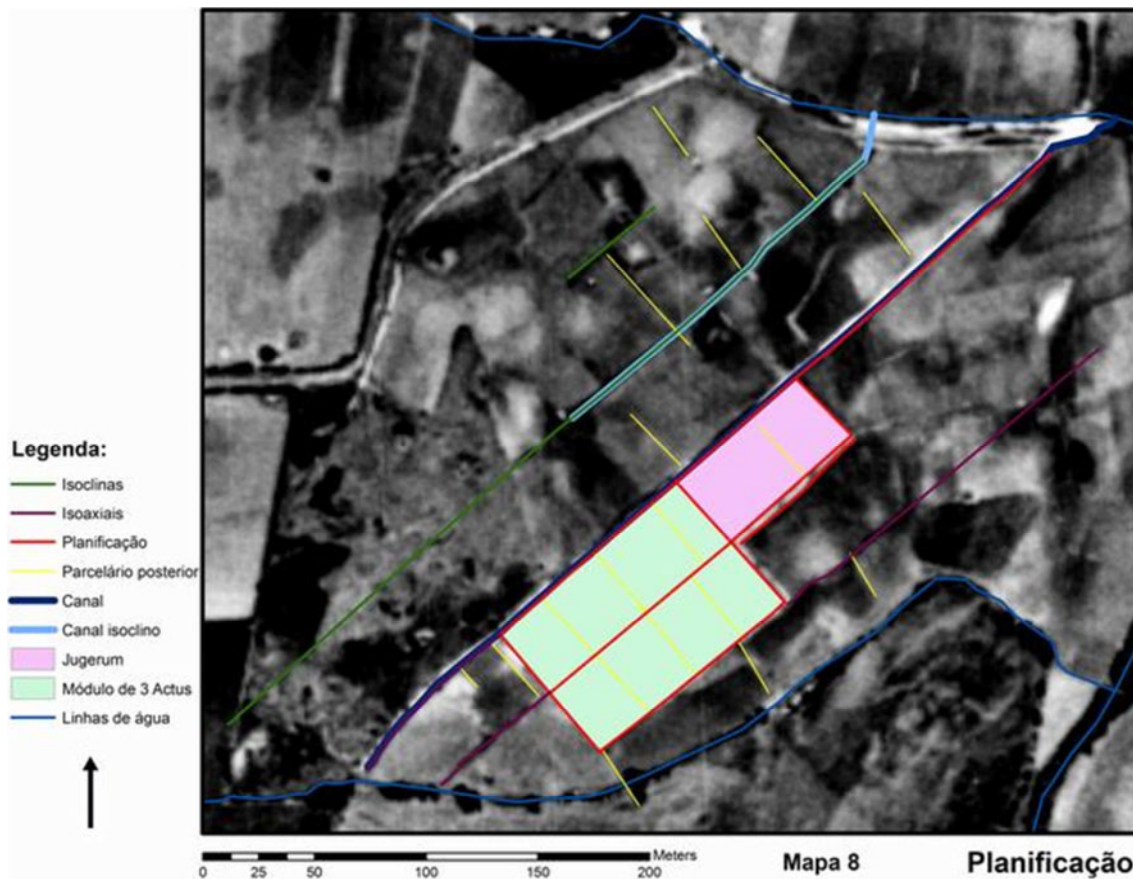
Esta área de irrigação desenvolveu-se e transformou-se já em pleno século XX, após a construção da barragem de Nogueira, a partir da qual se construiu um sistema planificado de aquedutos de distribuição de água (nas cotas mais elevadas) para irrigar os campos mais elevados, e de canais de irrigação/drenagem para irrigação e drenagem das zonas a cotas mais baixas (cf. mapa 6). Este sistema contemporâneo continua e complementa o vetusto sistema de drenagem/irrigação.



Neste complexo sistema de irrigação/drenagem temos a realçar um sistema planificado (cf. mapa 7) que terá evoluído ao longo dos tempos, o qual se destaca por revelar um sistema métrico indexado às medidas de superfície de período romano.

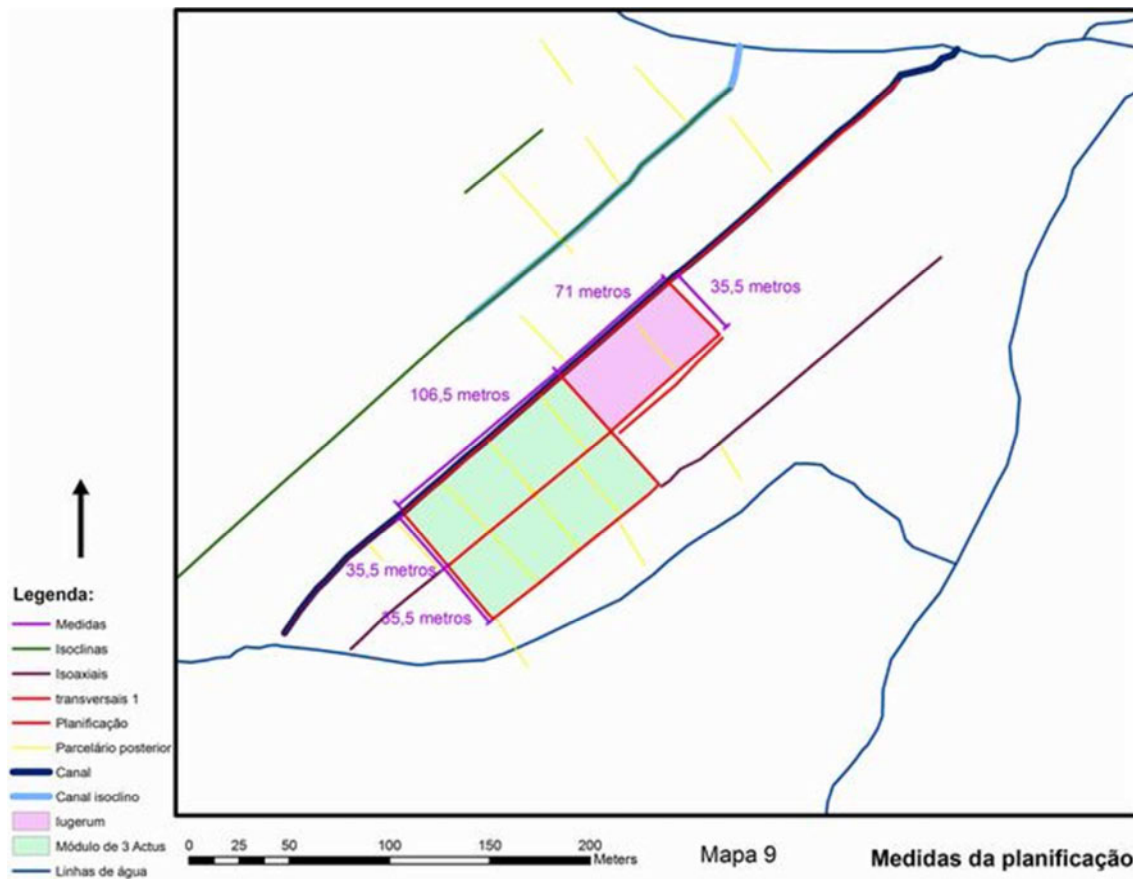


Com efeito, como sabemos, as medidas de superfície agrárias de período romano obedecem a um padrão métrico que se desenvolve a partir do pé romano (29,57 cm); e a medida de superfície de referência, o *actus*, corresponde a 120 x 120 pés romanos, i.e., a uma superfície com 35,48 x 35,48 metros de lado (cf. mapa 8).



Nesta planificação original (cf. mapa 9) observamos dois módulos paralelos de 3 *actus* (1 x 3 *actus*), aproximadamente 35,5 x 106,5 metros, e outro módulo adossado de 2 *actus* (1 x 2 *actus*), aproximadamente 35,5 x 71 metros. Este último módulo de 2 *actus* corresponde a outra medida de superfície romana: o *jugerum*. Esta planificação foi originalmente desenvolvida a partir de um canal primário de irrigação/drenagem. A partir desse canal foi implantado um pequeno sistema de irrigação/drenagem, onde se podem observar as três parcelas rurais cujo padrão obedece às medidas de superfície romanas⁹.

⁹ Os padrões métricos de superfície romanos estão exemplificados na obra citada (CHOUQUER & FAVORY, 1991: 71-73).



Esta planificação foi alvo de transformações subsequentes quer a partir do prolongamento do canal e dos alinhamentos das parcelas rurais em axialidade (formas isoaxiais), quer a partir da abertura de um novo canal e de um novo parcelário mais ou menos paralelos (em isoclínia) à planificação original.

Sem podermos adiantar a cronologia absoluta dessa planificação, as formas contíguas em isoclínia e em isoaxialidade são posteriores em termos de cronologia relativa porque se desenvolvem em conexão com as formas mais antigas. Podemos, no entanto, relevar que a forma pristina desta planificação foi implantada de acordo com o padrão métrico das medidas de superfície romanas. E, assim sendo, podemos deduzir que se esta planificação não for de fundação romana, corresponderá, pelo menos, à persistência do padrão métrico de superfície romano em tempos subsequentes: “Les systemes de mesure constituent en effect un registre majeur des mentalités par leur importance sociale et leur signification symbolique qui dépassent le champ étroit de leur application, espace, volume, temps (CHOUQUER & FAVORY, 1991: 69).

4. Considerações finais

No sítio da Torre Velha a foto-interpretação revela a existência de um conjunto significativo de paleoformas soterradas. Escavações futuras direcionadas especificamente para várias destas paleoformas poderão vir a revelar a sua verdadeira natureza, designadamente em termos cronológicos. De todo o modo, por agora, face ao observado, não é de excluir liminarmente a possibilidade de existirem, entre outras estruturas, fossos e troços de muralha soterrados, configurando recintos, associados, eventualmente, a uma ocupação do sítio anterior ao período romano – ocupação essa que, a confirmar-se, poderia estender-se, como antes vimos, a alguns cabeços que rodeiam o sítio da Torre Velha.

Por sua vez, as áreas mais baixas, aplanadas e irrigadas, que se estendem nas imediações da Torre Velha, ao longo das linhas de água que aí se cruzam, parecem também revelar traços de antigos parcelários agrários, enquadráveis num sistema de irrigação e drenagem. Este poderá ter origem em parcelários proto-históricos, evoluindo um parcelário contíguo cujos traços observáveis parecem remeter para o período romano, face ao padrão métrico em que se inscreve.

A ocupação arqueologicamente atestada para o período romano e alto-medieval no lugar objeto de escavação (e uma eventual ocupação pré-romana nas imediações) parece assim também revelar-se por um conjunto de formas arqueológicas fósseis observável numa área muito mais vasta que se desenvolve em torno da Torre Velha, ultrapassando significativamente os limites da área com materiais cerâmicos dispersos à superfície. Assim sendo, estudar este sítio na longa duração e num quadro de análise que ultrapasse também a dos espaços habitacionais e funerários, exigirá que esta abordagem arqueogeográfica conheça outros desenvolvimentos.

Bibliografia

ALARCÃO, Jorge de (1988) – *Roman Portugal*. Warminster: Aris & Phillips Ltd.

ALARCÃO, Jorge de (1999) - *Sobre as raízes históricas da paisagem portuguesa*, “Actas do I Congresso da Associação Portuguesa de Estudos Clássicos”, Coimbra. p.17-32.

ALVES, Francisco Manuel (1925) – *Memórias arqueológico-históricas do Distrito de Bragança*. Bragança: Tip. Geraldo da Assunção.

ANDRÉ, C.; CARVALHO, P. C.; COSTA, M. C.; FERNANDEZ, A.; TERESO, S. (2013) - *Cerâmicas romanas da Torre Velha (Castro de Avelãs, Bragança - Primeira*

síntese), “Actas do II Congresso Internacional da Secah - Ex Officina Hispana” [no prelo].

- BARCELÓ, Miquel; KIRCHNER, Helena; NAVARRO, Carmen (1996) - *El agua que no duerme. Fundamentos de la hidráulica andalusi*. Maracena (Granada): Sierra Nevada.
- CHOUQUER, Gérard (2001) – *Le parcellaire dans le temps et dans l'espace. Bref essai d'épistémologie*. “Études Rurales”, 153-154. Paris: EHESS. p. 39-58.
- CHOUQUER, Gérard (2007) - *Quels scénarios pour l'histoire du paysage? Orientations de recherche pour l'archéogéographie*. Coimbra – Porto: Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto.
- CHOUQUER, Gérard; FAVORY, François (1991) – *Les paysages de l'Antiquité. Terres et cadastres de l'Occident romain*. Paris: Editions Errance.
- COSTA, Miguel Cipriano (2010) - *Redes viárias de Alenquer e suas dinâmicas. Um estudo de arqueogeografia*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- FERNANDES, Paulo Almeida (2012) - *O estranho caso de uma igreja de tijolo*, “Revista Monumentos” (Dossiê: Bragança), 32, IHRU, p. 84-95.
- FLEMING, Andrew (2008) – *The Dartmoor Reaves. Investigating Prehistoric Land Divisions*. Oxford: WINDgather Press.
- GONZÁLEZ VILLAESCUSA, Ricardo (2002) – *Las formas de los paisajes mediterrâneos*. Jaén: Universidad de Jaén.
- LEMONS, Francisco de Sande (1993) – *Povoamento romano de Trás-os-Montes Oriental*. Braga: Universidade do Minho. Tese de doutoramento.
- LOPO, Albino dos Santos (1900): *Bragança e Benquerença*, Imprensa Nacional, Lisboa.
- LOPO, Albino P. (1987) – *Apontamentos arqueológicos*. Braga: Instituto Português do Património Cultural.
- MARTINS, Manuela (1996) - *Povoamento e habitat no Noroeste português durante o 1º milénio a.C.*, “De Ulisses a Viriato – O primeiro milénio a.C.”. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 118-133.
- PICARRETA, Fabio; CERAUDO, Giuseppe (2000) - *Manuale di aerofotografia archeologica. Metodologia, tecnica e applicazioni*. Bari: Ed. Edipuglia.
- PINHEIRO, José Henriques (1888) - *Relatório sobre as ruínas romanas descobertas junto da povoação de Castro de Avelãs no mez de fevereiro de 1887 e sobre o reconhecimento que nas referidas ruínas fez José Henriques Pinheiro por conta*

da *Sociedade Martins Sarmiento*. “Revista de Guimarães”, 5 (2), Abr. - Jun.
Guimarães: Sociedade Martins Sarmiento, p. 71-96.

REDENTOR, Armando (2000) – *Epigrafia romana da região de Bragança*. Coimbra:
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Dissertação de mestrado.

REDENTOR, Armando (2002) – *Epigrafia romana na região de Bragança*.
“Trabalhos de Arqueologia”, 24. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

ROBERT, Sandrine (2003) - *L`analyse morphologique des paysages entre archéologie
urbanisme et aménagement du territoire – Exemples d`études de formes
urbanes et rurales dans le Val-d`Oise*. Paris: Université Paris I – Panthéon –
Sorbonne. Thèse pour obtenir le grade de Docteur de le Université de Paris.

SCHULTEN, Adolf (1943) – *Los cántabros y astures y su guerra con Roma*. Madrid:
Espansa-Calpe.

TERESO, S.; BRITO, A.; UMBELINO, C.; COSTA, M. C.; ANDRÉ, C.; CARVALHO, P. C.
(2013) - *O espaço funerário alto-medieval da Torre Velha (Castro de Avelãs,
Bragança)*, “Actas do II International Meeting on Archaeology of Transition”, the
Funerary World” [no prelo].